

19/2014

**ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA,
REALIZADA EM 29 DE OUTUBRO DE
2014 -----**

----- Aos vinte e nove dias do mês de outubro do ano de dois mil e catorze, no Gabinete do Snr. Presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores: Dr. Jorge Paulo Colaço Rosa, Dr. Miguel da Conceição Bento, D. Maria Madalena Lança Marques e Dr. António José Guerreiro Cachoupo, nas qualidades, respetivamente de Presidente e Vereadores da Câmara Municipal, teve lugar a reunião ordinária da Câmara Municipal de Mértola. -----

1.- ABERTURA DA REUNIÃO:- Encontrando-se presente a maioria dos membros da Câmara, o Snr. Presidente declarou aberta a reunião eram 17,10 horas. -----

2.- FALTAS: Não compareceu à reunião o Vereador Dr. João Serrão tendo a Câmara, por unanimidade, justificado a falta. -----

3.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015: ----

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas da alínea c) do nº 1 do art.º 33º e da alínea a) do nº 1 do art.º 25º todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a Proposta das Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2015. -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por maioria com dois votos a favor e dois votos contra, invocando o Snr. Presidente o voto de qualidade para o efeito, aprovar as Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2015 e submete-las à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Votaram contra os Vereadores Dr. Miguel Bento e D. Madalena Marques, com os fundamentos que invocaram na discussão deste assunto, apresentando a declaração de voto que a seguir se transcreve e que fica arquivada na pasta dos documentos anexos às atas. -----

"Declaração de Voto -----

Orçamento e Grandes Opções do Plano do Município de Mértola - 2015 -----

----- Os documentos previsionais do Município de Mértola para o ano de 2015, traduzem um conjunto de opções de natureza política e de conseqüente afetação de verbas, que em muitos casos não merecem a concordância dos Vereadores eleitos pela CDU, como, e meramente a título de exemplo, as situações que a seguir se descrevem:-----

- Reduzida ambição nalguns domínios como por exemplo o saneamento básico, (Em 2015, a única povoação a beneficiar das obras neste domínio será Martinhanes); ---

- Muito baixo investimento na área específica do Desenvolvimento Económico, com a afetação de uma verba definida de baixo montante; -----

- O apoio às IPSS (s), (das principais entidades geradoras de emprego e atividade socioeconómica no concelho), é de muito baixo montante, sobretudo no apoio ao investimento; -----

- Considera-se ainda negativo, e em face do considerável número de técnicos superiores de áreas disciplinares muito diversas, na sua maioria com uma enorme experiência na gestão e planeamento, que o município despenda largas dezenas de milhares de euros em estudos e projetos e outros serviços externos, que poderiam e deveriam ser elaborados por esses mesmos técnicos municipais, até como valorização do seu desempenho profissional; -----

- Em sentido inverso, considera-se negativa a afetação financeira desproporcionada, a algumas rúbricas nomeadamente no domínio das iniciativas

temáticas e/ou recreativas, que devem ser objeto de uma reflexão quer quanto ao seu modelo de funcionamento, periodicidade, datas de realização e montante do investimento; -----

----- Neste domínio, e exemplificando, considerando até as duas experiências anteriores, entendemos que não se justifica o dispêndio de verbas na ordem das dezenas de milhares de euros no Festival da Ilha dos Sons, ou mesmo nas Festas da Vila, sendo que estas últimas poderão continuar a realizar-se com um maior envolvimento das associações e comunidade mertolense, mas com um menor esforço financeiro. -----

- Considera-se ainda, e em face também do quadro de profunda depressão social e económica que o Concelho vive, que é quase atentatório daquilo que são as necessidades concretas de muitas empresas, pessoas e famílias, que o município de Mértola gaste em 2015, largas dezenas de milhares de euros em publicidade e em prémios / ofertas, conforme previsto -----

- Por último, considera-se que os documentos em apreço, evidenciam a inexistência de uma visão estratégica relativamente à dinamização sócio – económica do Concelho, já que não existe, nem está previsto para 2015, qualquer programa de iniciativa municipal de incentivo aos sectores mais debilitados da economia local, como sejam a construção civil ou o comércio, uma vez que compete também ao município, implementar condições objetivas que levem à criação de emprego e à fixação da população, em particular a população jovem e em idade ativa. -----

----- Porque não concordamos com algumas das prioridades; porque não concordamos com a afetação de verbas para algumas rubricas; porque não existe uma estratégia quanto aquilo que deve ser o papel do município no desenvolvimento económico e combate ao despovoamento, o sentido de voto dos eleitos da CDU quanto aos documentos previsionais do Município de Mértola para o ano de 2015, só pode, em coerência, e em nome do projeto alternativo desta força política, ser um claro CONTRA. -----

Mértola, 2014-10-29 -----

Os Vereadores eleitos pela CDU (aa) Miguel Bento; Madalena Marques” -----

3.1.- GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015 – INTERVENÇÕES: -----

----- O Snr. Presidente, tomando a palavra, disse que a Proposta apresentada anteriormente, durante a apresentação e discussão prévia das GOP's e Orçamento, ocorrida dia 17, pelos Vereadores Dr. Miguel Bento e D. Madalena Marques, denominada “Programa Municipal de Apoio à Criação de Emprego e Combate ao Despovoamento”, que ficará arquivada na pasta dos documentos anexos às atas, parece-lhe, em sua opinião, aceitável. -----

----- Que os diferentes entendimentos na abordagem ao Plano de Atividades já têm vindo a ser discutidos, sendo aceitável haver divergências, mas que, as propostas podem vir a ser enquadradas já que considera algumas delas interessantes e que podem vir a ser desenvolvidas. -----

----- De seguida propôs que fossem retiradas todas as dúvidas sobre os documentos. -----

----- A Vereadora D. Madalena Marques disse ter dúvidas relativamente ao apoio à MERTURIS já que a sua situação é indefinida, e que esse apoio não deveria constar no Plano de Atividades. -----

----- O Snr. Presidente disse que isso é normal já que há um período de tempo em que a MERTURIS está a trabalhar sem contrato-programa válido e sem poder

ser renovado o anterior. Sobre o futuro disse que está inclinado para continuar a defender o seu funcionamento porque o trabalho que a MERTURIS desenvolve se não for feito pela empresa será a Câmara a fazê-lo. Que dependendo do último contacto com o assessor jurídico da Câmara, o seu entendimento é que a MERTURIS deverá manter-se. -----

----- Prosseguindo disse que deverá sempre existir rúbrica em orçamento porque se não for possível manter a MERTURIS será criada uma nova entidade que possa desenvolver as mesmas atividades que têm vindo a ser desenvolvidas por ela. -----

----- O Vereador Dr. Miguel Bento, tomando a palavra, disse que apresentou, em conjunto com a Vereadora Madalena Marques, uma proposta concreta cujas ações a serem implementadas na atividade da Câmara implicaria alteração ao documento que lhes foi apresentado e assim sendo, o seu sentido de voto seria outro já que uma coisa é o Presidente concordar e outra coisa é levar as propostas à prática. -----

----- Prosseguindo disse não concordar com algumas das prioridades, dando como exemplo o novo parque industrial, a aplicação de algumas verbas ou a modalidade de realização de algumas iniciativas que, em sua opinião, deveriam ser refletidas e repensadas, pelo que gostaria de saber se a proposta apresentada é para ser aplicada e traduzida nos documentos. -----

----- O Snr. Presidente disse que as questões colocadas têm a ver com divergências de pontos de vista, o que, em sua opinião, é normal. Quanto ao novo parque industrial o que consta no orçamento é apenas a elaboração do projeto, e a obra deverá constar em plano uma vez que, se surgir alguma oportunidade, incluindo a nível comunitário, a mesma não deverá ser perdida. -----

----- Que, quanto à proposta dos vereadores não tem nada a discordar da mesma já que as questões colocadas no documento são pertinentes e merecem atenção. Que relativamente à inclusão da proposta na GOP, algumas das ações já lá estão contempladas embora com outra definição, tendo presumido que a apresentação do documento visava sensibilizar o Executivo com a apresentação de ideias para serem trabalhadas, como é o caso da proposta de medidas de apoio aos jovens, que, em sua opinião, deveria ser trabalhada pelo SPED com o apoio da Comissão da Juventude. -----

----- Que, no entanto, não é possível que se inclua a verba de 600.000 euros, pois neste caso a Autarquia teria de retirar o mesmo valor de outra qualquer rúbrica, o que nesta fase é impossível. -----

----- Prosseguindo disse ainda o Snr. Presidente que as propostas apresentadas pelos Vereadores são válidas e o que interessa, acima de tudo, é concordar com a mesma e poder desenvolver mais algum trabalho nas áreas sugeridas. -----

----- Tomando novamente a palavra, o Dr. Miguel Bento perguntou, ainda relativamente à questão das prioridades, se é prioritário a Câmara gastar milhares de euros no Festival da Ilha dos Sons, outros tantos em publicidade e em estudos e não em programas para jovens que possam vir a fixar-se no Concelho. -----

----- Prosseguindo disse que, se o Executivo se comprometer a eventualmente numa revisão às GOP incluir as propostas apresentadas pelos Vereadores da CDU, não tem qualquer problema em votar, mas neste momento não o pode fazer com este documento porque não concorda com algumas das prioridades, com a afetação de algumas verbas e com a insensibilidade da Câmara relativamente a pontos como o apoio à atividade económica e combate ao despovoamento do Concelho. -----

----- O Snr. Presidente disse que a votação é no momento, e que votando contra o documento votam contra tudo. -----

----- Disse ainda o Snr. Presidente que irá tentar implementar algumas das ações propostas, já que, como referiu, as acha aceitáveis e considera a proposta que foi apresentada como válida, apesar de os vereadores da CDU quererem votar contra. -----

4.- ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2015: -----

----- Nos termos e para efeitos das disposições combinadas da alínea c) do nº 1 do art.º 33º e da alínea a) do nº 1 do art.º 25º todos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, foi presente a Proposta de Orçamento do Município para o ano de 2015.

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por maioria com dois votos a favor e dois votos contra, invocando o Snr. Presidente o voto de qualidade para o efeito, aprovar o Orçamento do Município para o ano de 2015 e submetê-lo à aprovação da Assembleia Municipal. -----

----- Votaram contra os Vereadores Dr. Miguel Bento e D. Madalena Marques, com os fundamentos que invocaram na discussão deste assunto, apresentando a declaração de voto transcrita no ponto 3. desta ata (Grandes Opções do Plano do Município para o ano de 2015). -----

5.- MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2015: -----

----- Foi presente uma Proposta do Snr. Presidente da Câmara, datada de 28 de outubro corrente, do seguinte teor: -----

“PROPOSTA”-----

MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE MÉRTOLA PARA 2015-----

(LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20/06, art.ºs 28.º e 29.º; DL 209/2009, de 03/09, art.º 3.º)-----

----- Nos termos dos artigos 28.º e 29.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pelo artigo 2.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo em consideração a missão, as atribuições, a estratégia, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e os recursos financeiros, o empregador público deve planear para cada exercício orçamental as atividades, de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a sua execução e o respetivo mapa de pessoal, que deve acompanhar, anualmente, a proposta de orçamento, competindo à Assembleia Municipal, de conformidade com o artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a respetiva aprovação. -----

----- Assim, considerando os objetivos delineados para o próximo ano, propõe-se a aprovação e subsequente submissão a deliberação da Assembleia Municipal do mapa de pessoal para 2015, que se anexa, e que contém os postos de trabalho considerados necessários e mais adequados ao desenvolvimento das atividades programadas, nos seguintes termos: -----

1)- Por razões de economia, procedeu-se a pequenos ajustamentos nos postos de trabalho dos diversos serviços, extinguindo-se alguns postos de trabalho entretanto desocupados, quer por aposentação ou mudança de atividade dos respetivos titulares, e cuja ocupação não se considera oportuna durante o próximo ano. -----

2)- Mantêm-se todos os postos de trabalho ocupados. -----

3)- Relativamente ao recrutamento de trabalhadores para os postos de trabalho que se prevê ocupar, pretende-se recorrer a mobilidade interna de trabalhadores do mapa de pessoal da autarquia ou mediante procedimento concursal. -----

4)- Outros postos de trabalho não ocupados que se mantêm no mapa proposto referem-se a cativações para prever eventuais regressos de licenças sem remuneração ou cessação de regimes de cedência de interesse público ou de mobilidade em outro órgão, serviço ou atividade.-----

----- Desta forma, as verbas orçamentais a afetar a despesas com pessoal destinam-se a suportar os encargos: -----

a)- Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções; -----

b)- Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos e não ocupados.” -----

----- A Câmara Municipal, após votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar o Mapa de Pessoal para 2015 e submete-lo à aprovação da Assembleia Municipal.-----

6.- APROVAÇÃO DA ATA: -----

----- Depois de tratados todos os assuntos para que esta sessão foi expressamente convocada em reunião ordinária de 15 de outubro corrente e através dos Editais nºs 122 e 125/2014, de 16 e 20 do mesmo mês, o Snr. Presidente da Câmara declarou a reunião suspensa para efeitos de elaboração da respetiva ata eram 17,40 horas anunciando a reabertura dos trabalhos pelas 17,45 horas. -----

----- Sendo 17,45 horas e encontrando-se presentes a totalidade dos membros da Câmara presentes na reunião, o Snr. Presidente declarou reabertos os trabalhos, tendo-se de imediato passado à leitura da minuta da ata da reunião, em voz alta, na presença simultânea de todos, após o que foi submetida a votação e aprovada por unanimidade. -----

7.-ENCERRAMENTO: -----

----- Não havendo mais assuntos a tratar o Snr. Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram 17,50 horas. -----

----- E eu, _____ Coordenadora Técnica, a redigi, subscrevo e assino. -----